



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

## ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2010

### ACTA Nº 09

Aos sete dias do mês de Junho de dois mil e dez, pelas 21,20 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 – Empréstimo Bancário de Médio e Longo Prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos de 2011 a 2013**

**2 – Empréstimo bancário de Médio e Longo Prazo, no valor de 8.000.000 € - alteração de cláusulas contratuais**

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Antonieta Serrano Alves Sobral e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Fernando Baião da CDU
- Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU
- Sr. Engº. José Braz Pinto do PS
- Sra. Dra. Carla Oliveira do PS
- Sr. Engº. Carlos Martins do PS
- Sra. Maria Fernanda Esfolá do PS

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente
- Sra. Vice-Presidente Adília Candeias
- Sr. Vereador Dr. Adilo Costa
- Sr. Vereador Dr. Luis Calha
- Sr. Vereador Engº. Fonseca Ferreira
- Sra. Vereadora Dra. Maria da Natividade Coelho



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

## Mandato 2009/2013

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. Eng<sup>o</sup>. José Braz Pinto, justificou ausência à sessão de hoje sendo a falta considerada justificada. Fez-se substituir pela Sra. Eng<sup>a</sup>. Julieta Rodrigues.
- Sr. Dra. Carla Oliveira, justificou ausência à sessão de hoje sendo a falta considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. Dr. Raul Cristóvão.
- Sr. Eng<sup>o</sup>. Carlos Martins, justificou ausência à sessão de hoje sendo a falta considerada justificada. Não tendo sido possível efectuar a sua substituição pelos cidadãos imediatamente a seguir (Dr. Pedro Barosa e Arqta. Ana Cristina Cunha) foi substituído pelo Sr. Gonçalo Miguel Folgado dos Santos que se encontra presente e irá tomar posse.
- Sr. Fernando Baião, Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, informou da impossibilidade de estar presente sendo a falta considerada justificada. Fez-se substituir pela Sra. Maria Elisa Costa, Tesoureira da Junta.
- Sr. Dr. Valentim Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, informou da impossibilidade de estar presente sendo a falta considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. Mário Felicidade, Tesoureiro da Junta.
- Sra. Maria Fernanda Esfola, Presidente da Junta de Freguesia de Marateca, informou da impossibilidade de estar presente sendo a falta considerada justificada.

De imediato procedeu-se à tomada de posse dos Membros Eng<sup>a</sup>. Julieta Rodrigues, Dr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão e Gonçalo Miguel Folgado dos Santos que após juramento de honra e assinadas as respectivas actas, que ficarão apenas à presente, foram considerados empossados no cargo.

Solicita aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Por se tratar de uma sessão extraordinária não haverá lugar à intervenção do público, pelo que irá dar início ao Período da Ordem do Dia.

## **1 – Empréstimo Bancário de Médio e Longo Prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos de 2011 a 2013**

**Sr. Presidente da Mesa** dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

**Sra. Presidente da Câmara** apresenta cumprimentos a todos os presentes.



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

## Mandato 2009/2013

De imediato agradece ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a diligência que fez, na sequência do pedido formulado pela sua pessoa, no sentido de poder reunir este órgão em sessão extraordinária num prazo tão curto.

Dirigindo-se aos Srs. Membros da Assembleia informa que a razão de ser desta sessão, fundamentada nas propostas apresentadas, tem que ver com algumas medidas de gestão que para o executivo são muito importantes.

De acordo com os dados apresentados na proposta existem condições, ainda assim pesando os empréstimos em curso neste momento, para poder utilizar a capacidade de endividamento.

Como referiu anteriormente, até este momento foram sempre trabalhando com uma situação considerada confortável não só no que se refere aos limites legais da capacidade de endividamento como também em relação aos encargos financeiros que decorrem dos empréstimos contraídos. Na situação actual fruto por um lado da conjuntura económica que se vive no país, e tendo em conta algumas das últimas medidas específicas que foram tomadas e que afectam as autarquias, e de uma situação muito específica que tem a ver com o comportamento das receitas, nomeadamente o I.M.I. Com a transferência da primeira tranche constatou-se que houve um claro decréscimo que provavelmente não se alterará muito durante o ano.

Deste modo e tendo em conta as perspectivas que existem para os próximos anos nomeadamente o próximo ano, que não demonstram nada de melhor nem de mais fácil para a situação da actividade económica no país e considerando que existe em preparação uma legislação no sentido de impedir a evolução do endividamento das autarquias, decidiram com carácter de urgência propor a deliberação deste novo empréstimo. Como os Srs. Membros da Assembleia podem ver no quadro que é apresentado, com este empréstimo a capacidade de endividamento continua a manter-se dentro duma margem de segurança absoluta. Ainda assim com este novo empréstimo no ano de 2014, que é aquele que apresentará uma situação de maior encargo, estaremos com cerca de oitenta e sete vírgula quatro por cento da capacidade de endividamento utilizada, o que significa que será mantida a margem de segurança que têm procurado manter.

Parece-lhes claramente indispensável a contracção deste novo empréstimo para afectar a uma parte significativa das obras que estão em PPI para os próximos anos. Como podem observar as obras que se propõem afectar iniciar-se-ão em 2011, e acontecerão em 2012 e 2013.

Termina a sua intervenção dizendo que, neste contexto, propõe que a Assembleia delibere no sentido de que o empréstimo possa ser contratado com a maior celeridade.

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se algum Sr. Membro pretende intervir.

**Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Refere que a sua intervenção é para ir um pouco mais longe mas para isso precisa de esclarecimentos a algumas questões. Nesse sentido, e relativamente à repavimentação, gostaria de ser esclarecido se a estrada dos Quatro Castelos é uma estrada municipal ou particular; no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

que respeita à EB1 JI de Aires, sendo uma escola com quatro/cinco anos, está previsto investir-se em 2011 cerca de cento e vinte mil euros em beneficiações. Tratando-se duma escola tão recente qual a necessidade de beneficiações se existe uma outra rubrica para ampliação; quanto à repavimentação do troço que vai entre a EN10 e a Ponte do Zambujal, também gostaria de saber se é um troço de estrada particular ou municipal.

**Sr. Dr. João Completo Costa do PS** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que o PS, nesta Assembleia, nos últimos tempos foi chamando a atenção para o rigor orçamental que o executivo da Câmara deveria ter, para o bom planeamento que é importante numa boa gestão e também para a época das “vacas magras”, mas repararam que não se previu a vinda dessas “vacas magras” e essencialmente o impacto na quebra de receitas.

A Câmara Municipal de Palmela é uma das Câmaras do país com maior gasto em despesas correntes, sendo que no ano transacta apenas cerca de dezasseis por cento foi dedicada ao investimento.

Na opinião da sua bancada os empréstimos deverão, essencialmente, ser canalizados para situações especiais e não para financiar obras constantes do PPI.

Na reunião de Câmara realizada Marateca, o PS propôs que fosse elaborado um estudo de emergência relativamente a projectos estruturantes, nomeadamente projectos de vias, tendo essa pretensão sido rejeitada. No entanto, verifica-se agora que é para ai que a Câmara Municipal direcciona grande parte deste empréstimo.

É interessante verificar que a Sra. Presidente afirma que está em vias de sair uma Lei que vai dificultar o acesso ao endividamento das Câmaras. Pelo que lhe dá a parecer, está a fazer-se algo semelhante a um “açambarcamento” de crédito o que em termos de país não é uma atitude considerada patriótica.

**Sr. Dr. Pedro Margarido do PSD** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

É com alguma apreensão que regista a evolução do endividamento até 2014 e tendo em conta o contexto que se vive, como vem referido no preâmbulo da proposta, a tendência é marginalmente decrescente de receitas. Em termos de conjuntura económica é um pouco imprevisível saber com rigor o que vai acontecer pelo que, e porque não se podem analisar os empréstimos de per si, tem que se olhar para a expectativa em termos de receita de impostos que aqui é descrita. Apesar de existir uma manifesta quebra das receitas de impostos, eventualmente, considera também um pouco optimistas demais face a tudo o que tem sido exposto.

Por diversas vezes têm referido que, apesar serem tempos complicados, é preciso fazer obra e que deve haver investimento. Só que esse investimento deve ser seleccionado e devendo também haver um pouco de critério e, eventualmente, o mesmo com menos recursos.

Gostaria também de chamar a atenção para a eventual dificuldade em cumprir integralmente os empréstimos. Recordando que na revisão do orçamento, feita na semana anterior, não foi manifestada por parte da Câmara nenhuma indicação no sentido de conter algumas despesas acham que se deveriam ponderar estes investimentos e ter muita cautela face a este endividamento.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

**Sr. Eng<sup>o</sup>. José Charneira da CDU** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à proposta em discussão, e a algumas questões que foram colocadas, gostaria de dizer que se trata de uma proposta correcta tendo em conta o compromisso eleitoral assumido pela Câmara perante os eleitores para realização de uma série de obras. Uma vez que os compromissos são para respeitar a única forma de os cumprir é o recurso a empréstimo bancário, que até o governo faz só que fora dos país. O que a Câmara o que está a fazer é recorrer ao crédito numa forma completamente legal e aberta, fazendo consulta a várias entidades bancárias para a partir daí verificar quem tem melhores condições.

No primeiro quadro que é apresentado mostra-se a capacidade de endividamento da Câmara que nem foi nem será esgotada, uma vez que as projecções para 2014 apontam nesse sentido. Existem uma série de receitas que são mais ou menos previsíveis e que estão anunciadas, sendo que o comportamento destas receitas nestes últimos anos tem mostrado que, apesar dos tempos difíceis, se irão manter. Trata-se de uma proposta com credibilidade e que deverá ser levada a sério.

Há pouco o Sr. Membro da Assembleia João Completo referiu que *“...a Câmara gastava mais em despesas correntes do que em investimento...”*. Apesar de não ter em seu poder os números exactos pensa que isso não acontece até porque existem algumas rubricas dentro da despesa corrente que normalmente as pessoas não associam ou não sabem do que se trata. Dando como exemplo os pagamentos à SIMARSUL, à AMARSUL, e a iluminação pública à EDP diz que são despesas correntes mas no fundo são despesas de investimento porque no caso da SIMARSUL é para pagamento de obras que têm sido feitas no concelho. Referiu também que a Câmara de Palmela não tinha uma atitude patriótica. Em seu entender não sabe o que é ter uma atitude patriótica se é recorrer à banca que está em Portugal ou não, e não foi a força política que está na Câmara de Palmela que privatizou a banca, porque as leis do mercado são essas e umas vezes servem e outras são antipatrióticas.

Em sua opinião esta é a atitude correcta para fazer a gestão de um programa e de um compromisso assumido com as populações, e uma vez que a Câmara tem à sua disposição esse instrumento deverá usá-lo com parcimónia como tem feito até agora e como prevê fazer no futuro. Termina dizendo que se trata de um investimento em obras e que em 2013 caberá às populações confirmar se a Câmara geriu bem as verbas e concretizou as obras que se tinha proposto fazer.

**Sr. Carlos Guinote do BE**, refere que antes da discussão ser iniciada tinha umas perguntas a fazer, mas ouvindo a Sra. Presidente as suas dúvidas, relativas às receitas, ficaram esclarecidas. Ficou perceptível que, naturalmente, haverá menos investimento no concelho e um corte das verbas vindas do poder central.

Diz estar de acordo que os investimentos programados se devam fazer, uma vez que a economia só será beneficiada se houver emprego e não realizando obras que estavam programadas não seria uma boa solução no concelho nem no país.

Em relação a uma intervenção de um membro da bancada do PS, que apelou para que o investimento fosse criterioso, tem a dizer que o orçamento foi programado antes não se esperando que a economia viesse a estar como está, razão pela qual o BE irá votar favoravelmente a proposta.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

**Sr. Dr. João Completo Costa do PS**, respondendo à intervenção do Sr. Membro José Charneira, diz que a SIMARSUL presta serviços à Câmara Municipal de Palmela e se ela faz os seus investimentos é evidente que faz.

Relativamente às receitas diz que foi apresentada uma estimativa de receitas tendo sido dito que era uma estimativa correcta daquilo que se esperava em termos de receitas. Verifica-se também que a partir de 2011 até 2014 as receitas se manterão praticamente estáveis. Pergunta se é a estimativa correcta das receitas, se elas não irão baixar ainda mais e se não será possível fazê-las crescer.

Por fim, e em relação à banca, teria toda a razão naquilo que disse se os bancos portugueses não se fossem financiar no estrangeiro.

**Sr. Engº. José Charneira da CDU**, para terminar e em relação à SIMARSUL gostaria de esclarecer dois aspectos que são importantes. A Câmara compra serviços à SIMARSUL o que tem que entrar obrigatoriamente em despesas correntes uma vez que não pode entrar em despesas de investimentos O reverso desta situação é que a SIMARSUL é das Águas de Portugal mas o financiamento é das Câmaras, porque no dia em que as câmaras deixarem de pagar não há investimento uma vez que, para fazer as obras, a SIMARSUL recorreu a financiamento do Banco Europeu de Investimentos. Acresce ainda dizer que a SIMARSUL ainda tem quinze ou vinte por cento retidos por causa da célebre cláusula do tratamento dos efluentes suínos. Se esse projecto não avançar a SIMARSUL corre o risco de não receber essa percentagem do financiamento.

**Sr. José Cardoso do PSD** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz ter vindo a alertar a Câmara nos últimos meses, baseado apenas nos seus conhecimentos que são rigorosamente os mesmos da grande maioria da população, não havendo infelizmente dúvidas que a situação se tem vindo a agravar. De Assembleia Municipal para Assembleia Municipal vão tendo conhecimento de situações que agravam aquelas que se passaram na última sessão.

É evidente que isto não tem nada a ver com a realidade desta sessão extraordinária, que por graça teve a intervenção do seu companheiro da esquerda, que é de direita, ao dizer que as nossas sessões eram praticamente conduzidas pelo que saía no jornal do Pinhal Novo uma vez que transcrevia na íntegra as sessões de Câmara.

Diz ter a convicção que quem quiser ser um bom deputado municipal deve acompanhar o trabalho da Câmara, e foi isso exactamente que fez assistindo à reunião pública do executivo tendo a oportunidade de ouvir a Sra. Presidente da Câmara responder às questões que foram levantadas pelo Sr. Vereador do PS, Fonseca Ferreira. Ficou realmente elucidado da situação e quando aqui se diz que não é patriótico não é correcto, porque é patriótico e acima de tudo do interesse municipal. Têm o cargo de deputados municipais, qualquer que seja a cor política, e estão neste órgão para defender os interesses das populações e se a Câmara de Palmela na crise anterior não utilizou o financiamento só perdeu com isso. Neste momento a Câmara não quer perder essa possibilidade pelo que, enquanto deputados municipais, devem estar atentos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

aos acontecimentos defendendo os interesses do município tendo por isso a obrigação de dizer o que está bem e o que está mal.

Diz que todos estão neste órgão para defender as cores partidárias, só que o interesse do município se sobrepõe aos interesses partidários. Têm que reconhecer que qualquer executivo, quer nas Juntas quer na Câmara, estão sujeitos a críticas por as coisas não correrem bem e esta Assembleia deverá estar atenta a essas situações. Diz ter saudades de ouvir da bancada da maioria o Sr. José Silvério, Presidente da Junta de Freguesia de Poceirão, levantar questões relativas à sua freguesia e ninguém pode ficar incomodado se os Srs. Presidentes de Junta reivindicarem coisas contra a vontade da própria Câmara.

Em sua opinião esta proposta tem todo o mérito mas a CDU não precisa do PSD para fazer aprovar a proposta, quanto muito poderá ouvir o que têm para dizer quer sejam elogios ou críticas. A posição do PSD é muito clara, sendo que o seu sentido de voto não irá influenciar a decisão da Câmara, pelo que se irá abster.

Termina dizendo que se a Câmara não apresentar à Assembleia uma relação de objectivos concretos de redução de despesas, irá em todas as sessões perguntar por isso uma vez que os munícipes do concelho de Palmela têm que saber quais, a nível da organização, são as medidas que pretende levar a cabo para poupar independentemente de continuar a fazer investimento.

**Sr. Dr. Francisco Piteira Santos do CDS/PP** apresenta cumprimentos a todos os presentes

Diz ter alguns considerandos a fazer e dúvidas a colocar relativamente à proposta em discussão nomeadamente em relação à estrutura do investimento proposto atendendo a que a maioria que está no executivo, e na presidência do município de Palmela há mais de 35 anos, tem tido como apanágio em todas as manifestações eleitorais ou outras dizer que muita obra têm feito e que hoje o concelho é completamente diferente.

No que diz respeito a licenciamento de obras e à sua execução, nomeadamente em termos de infra-estruturas de drenagem de águas residuais, muito os surpreende quando vêem na proposta o que devia ter sido feito na altura da aprovação da urbanização, as águas residuais, em Vale do Grou, Quinta das Asseadas e Quinta da Glória pelo que questiona se serão construções clandestinas. Por outro lado têm conhecimento de estabelecimentos comerciais recentes que despejam a céu aberto os seus efluentes de águas residuais em linhas de água afectando as populações limítrofes. Não lhes parece que esta situação seja justa, resultando que o que parecia um investimento é apenas o tapar ou o remendar de uma manta que devia estar acautelada na altura do licenciamento de obra.

Relativamente ao empréstimo a bancada do CDS lembra que esta Assembleia já aprovou, muito recentemente, um empréstimo de médio e longo prazo na ordem dos três milhões de euros. Se esse empréstimo não chegou, soma-se mais este de oito milhões de euros fazendo com que o endividamento aumente, verificando-se ao mesmo tempo a diminuição de recursos e receitas. Perante isto ou se trata de um suicídio colectivo ou uma situação de má gestão, pelo que não estão nada de acordo com esta proposta.

Em termos técnicos julga que a Assembleia deveria ter conhecimento das propostas das diferentes entidades bancárias a consultar, uma vez que é isso que diz a Lei. Por outro lado



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

questiona o facto da taxa Euribor ser a seis meses, atendendo às condicionantes económico financeiras que se vislumbram em termos futuros, pergunta porquê este prazo e não a três meses ou um ano. Estas questões técnicas são muito importantes para o CDS, uma vez que condicionam a boa gestão e as boas práticas. Diz que se, se, considerar que os investimentos aqui presentes equivalem às despesas domésticas correntes, estas intervenções de obra deveriam ser suportadas por via da receita directa, questionando se a receita só servirá para cobrir as despesas de funcionamento da Câmara e se todas as obras, todas as intervenções da Câmara terão que ser suportadas por empréstimos. Termina dizendo que se isso acontecer estão mau caminho, não podendo o CDS estar de acordo com a proposta pelo que irão votar contra.

**Sr. Presidente da Mesa**, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

**Sra. Presidente da Câmara**, em relação às questões concretas que lhe foram colocadas tem a dizer que:

- as intervenções que estão previstas nas escolas são para dois estabelecimentos diferentes, uma para a escola de Aires e outra para a escola nº. 1 de Palmela. Em relação à última trata-se da adaptação da cozinha, obra do ano de 2000, uma vez que a actual legislação é mais exigente e por isso tem que sofrer adaptações para a adequar aos novos requisitos. Quanto à escola de Aires, o projecto inicial previa a hipótese de ter mais quatro salas de aula tendo em conta o estimado na carta educativa. O que acontece é que esta escola é muito procurada e muito ocupada por crianças que não são moradoras em Aires, nem sequer no concelho de Palmela. Esta situação acontece porque a legislação assim o permite, ou seja, o indicador residência foi recentemente corrigido. Na anterior versão era o quinto indicador de uma lista de critérios que tinham que estar reunidos para que uma criança tivesse acesso ao pré-escolar num determinado estabelecimento de ensino, entre outros o facto de ali já ter irmãos, por conveniência dos pais relacionado com o local de trabalho de cada um e a idade da criança. Deste modo existe um conjunto de critérios que contribuíram para que a escola de Aires que, atendendo até à sua centralidade e ao facto de ser uma escola muito boa enquanto equipamento, levou a que se verificasse uma procura muito maior relativamente àquilo que eram as previsões iniciais. Mantendo-se essa ocupação e tendo em conta que os actuais alunos servirão de referência a irmãos mais novos irá também manter-se a relação para eventuais pretensões de outros concelhos, nomeadamente de Setúbal.

- o início da estrada que dá acesso à Herdade de Zambujal é público, ou seja, existe um troço na ligação da EN10 à ponte que é público. O troço do trajecto imediatamente a seguir faz parte de uma propriedade que era da REFER, ou seja, a ponte propriamente dita e um pedaço para cada lado fazem parte duma infra-estrutura que a REFER pediu à Câmara que aceitasse sob pena de a desactivar, que neste caso seria interditar o seu uso. A Câmara reuniu com o Conselho de Administração da REFER, tendo-se comprometido a zelar pela manutenção daquela infra-estrutura nas condições consideradas adequadas para a manter activa e válida para uso da população local. Neste contexto foi feito um protocolo que teve uma candidatura a um programa



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

comunitário, PRODER, com vista à requalificação da ponte e respectivos acessos, pelo que é nesse sentido que aparece essa parte do acesso que tem que ser assumida como obra pública.

- a estrada dos Quatro Castelos foi durante muitos anos “estrada de ninguém” e era conhecida por estrada da Coca Cola, tendo sido construída pela empresa Xavier de Lima. Durante muitos anos a Câmara recusou-se a assumir a estrada como sua, até porque tinham a noção da sua dimensão e da exigência que ali estava colocada quando necessitasse de obras. Infelizmente acabaram por existir algumas situações que foram dirimidas pelo Tribunal Administrativo de Almada, assumindo que na prática a estrada era pública/municipal e que se assim não fosse caberia à Câmara o encerramento da mesma. Mais uma vez a Câmara voltava a estar colocada perante a alternativa de encerrar uma via que, como todos sabem, é muito importante para entrada no concelho. Deste modo, por decisão judicial, a Câmara aceita a estrada e daí a proposta de requalificação da mesma que é muito necessária.

- quanto ao comportamento da receita e à forma como são estimadas as receitas para avaliar a capacidade de endividamento da Câmara durante os próximos anos, informa que primeiro fazem aquilo a que legalmente são obrigados que é considerar os impostos que contam para a capacidade de endividamento. Refere o caso das taxas do urbanismo que não estão incluídas porque sobre elas existe uma grande incógnita. Sabe-se que existem no concelho projectos de desenvolvimento que são muito importantes, que se acontecerem significarão durante alguns anos um novo pico nas receitas por via das taxas do urbanismo, mas aquilo com que se está a trabalhar é claramente uma ideia de quebra de receitas estruturais e que contam para a capacidade de endividamento. O IMI, como todas as outras receitas que aqui estão, são calculadas com base nos valores reais de 2009, uma vez que a proposta para 2010 é feita com base no comportamento real dos impostos em 2009. A crise que se verifica relativamente ao IMI é a crise do não pagamento por parte das pessoas e não que o IMI no concelho tenha diminuído. Nestes termos esta receita continua a ser perspectivada de acordo com o comportamento que é conhecido uma vez que não diminuiu o número de fogos no concelho, antes pelo contrário. Em relação à generalidade dos impostos perspectiva-se uma quebra de 2010 para 2011.

- em relação à questão do recurso ao crédito “não ser patriótico” gostaria de dizer que, apesar de ser considerado “patriótico” ou não, é indiscutivelmente uma contingência devido à situação que se está a viver no país. É impossível fazer de outra forma se o comportamento das transferências para as autarquias têm as condicionantes que são conhecidas, se as decisões que estão a ser tomadas em relação às autarquias, contra as quais a Associação Nacional de Municípios já se insurgiu e que também foram alvo de deliberação unânime na reunião realizada hoje na Junta Metropolitana de Lisboa. O que se está a fazer ainda assim, continuando a defender a autonomia administrativa e financeira, é adequar a autarquia a um comportamento idêntico ao do país. Gostaria ainda de contestar o contexto em que a expressão é utilizada, porque a primeira responsabilidade da Câmara Municipal é a gestão da autarquia e é perante os cidadãos do concelho que têm que prestar contas. Não haverá ninguém a defender a qualidade de vida dos cidadãos do concelho, a satisfação das suas necessidades, a resolver os problemas relacionados



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

com as competências na área da educação, não havendo crise que possa ser invocada para desculpabilizar ou dispensar a autarquia de responder a essas competências. A questão central passa por o Governo poder decidir que as autarquias deixam de contratar trabalhadores, que tem que ser o Sr. Ministro a exceptuar e a analisar se está ou não de acordo em relação à contratação de um trabalhador para uma área que a Câmara considere fundamental, se pode ou não fazer corte nas transferências do Orçamento de Estado para as Câmaras Municipais por via do PEC que assinou. No fundo o Governo subordinou-se às decisões tomadas em Bruxelas, colocando-as à frente de todas as outras do país, e entendeu que devia emanar directrizes para o resto do país só que não está a ver o Governo vir a dispensar as autarquias de cumprirem com as suas obrigações. Colocando a hipótese do Governo assim o decidir gostaria de ver como é que os cidadãos e os eleitos lidariam com essa situação e se haveria condições de defender essa ideia de ser “patrióticos”.

- no que diz respeito às despesas correntes, gostaria de recordar mais uma vez que a esmagadora maioria das competências das Câmaras estão classificadas no POCAL como despesas correntes. Os transportes escolares significam uma verba muito avultada no orçamento municipal, cerca de um milhão de euros, e são considerados despesas correntes fazendo parte das competências da Câmara. Os equipamentos que a autarquia é obrigada a construir, que são investimentos, necessitam de manutenção e aí as despesas são correntes. Refere que não podem continuar eternamente a investir, porque a seguir tornar-se-iam insustentáveis e não haveria verbas para manutenção e conservação. O custo com os auxiliares nas escolas com pré-escolar significa suportar uma despesa corrente e as autarquias não estão em condições de dizer que não querem essa despesa porque têm que estar em condições de cumprir com todas as necessidades nesse capítulo. Diz que quando se fala em despesas correntes pelo lado das autarquias é preciso perceber exactamente quais são as suas funções, as suas competências e até a sua vocação.

- em relação ao plano de cortes e plano de acção para minimizar as despesas, já disse noutros momentos que para além de alguns cortes em despesas que já são visíveis no Orçamento, estão a trabalhar num plano de contenção de despesas que irão obviamente partilhar em primeiro lugar a nível do executivo e depois com a Assembleia Municipal, É realmente inevitável, no contexto que se está a viver e que se apresenta para os próximos anos, tornar a estrutura mais leve, o que vai significar claramente desinvestir em áreas que têm sido ponto de honra na Câmara Municipal de Palmela, que são muito importantes e onde será muito penoso introduzir cortes. Procurarão fazê-lo sempre de forma a não comprometer as responsabilidades e a concretização dos compromissos.

- quanto ao empréstimo a Assembleia Municipal, na prática, está a deliberar sobretudo o que é essencial e aquilo que é variável, e é sobre isto que o Tribunal de Contas se pronuncia. A única coisa que a Assembleia não se pronuncia, e que fica como critério discricionário para cada banco, é sobre o spread a aplicar porque todas as outras condições estão definidas na proposta.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Diz que a razão da taxa Euribor ser a 6 meses tem a ver com o facto de ser uma prática generalizada e de ser a taxa mais estável.

- é verdade que a maioria CDU votou contra uma proposta dos Srs. Vereadores do PS, mas gostaria de esclarecer o momento e o contexto em que o fizeram. Essa proposta foi apresentada numa reunião de Câmara onde imediatamente ficou dito que as obras que o PS apresentava como urgentes, estavam no Plano de Actividades e no Orçamento e faziam parte do Plano de Investimentos.

- em relação à proposta já explicou o contexto concreto e casuístico que determinou a contracção do empréstimo. Tal como foi dito anteriormente era intenção da Câmara Municipal e sua obrigação concretizar as obras, razão pela qual estavam no PPI. No presente momento e tendo em conta os dados disponíveis, que levam a pensar que terão dificuldade em concretizar o PPI, apresentam a proposta de avançar para o empréstimo não existindo nenhuma incoerência em relação ao assunto. Para terminar gostaria de dizer que esta proposta continua a ser realista do ponto de vista financeiro, e responsável do ponto de vista político, porque se não se cumprir com as obrigações não estão a ser responsáveis para com os cidadãos e para com o território. É no exercício dessa responsabilidade que propõem a deliberação do empréstimo que é no fundo a utilização de um recurso de que dispõem. Em sua opinião ninguém compreenderia que em “tempo de vacas magras” e de dificuldades não se utilizassem os recursos que estão à disposição. Quando no próximo ano viessem dizer que não tinham condições de cumprir com as propostas do PPI concerteza que os Srs. Membros da Assembleia questionariam a razão de não se ter esgotado a capacidade de endividamento de que dispunham recorrendo ao crédito como outras Câmaras fazem. A proposta é responsável porque foram utilizados todos os mecanismos legais e financeiros à disposição das autarquias em geral e em particular da Câmara Municipal de Palmela. Com o cumprimento das obrigações cumprem ainda a missão de continuar a investir no território, indirectamente no emprego e na criação de riqueza que também é o contributo das autarquias para o desenvolvimento local e nacional.

**Sr. Presidente da Mesa**, diz que apesar da discussão estar quase esgotada dá a palavra ao Sr. Membro Fernando Nascimento por já ter manifestado intenção de intervir após os esclarecimentos da Sra. Presidente.

**Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP**, inicia a sua intervenção agradecendo as explicações dadas pela Sra. Presidente.

Diz que irá começar com um prefácio à alegoria das “vacas magras e vacas gordas”, aqui referida pelos seus camaradas e companheiros do PS, porque as vacas gordas sabem onde efectivamente estão e também sabem que foram essas que comeram toda a erva, o que é engraçado é que essas mesmas vacas ainda têm onde ir buscar alimento, e engordar, à custa daquelas que cada vez mais vão ficando magras: as autarquias.

Em relação à proposta apresentada pela CDU diz que toda ela é desenvolvida e tem uma introdução bastante clara, é uma proposta em tempo de recessão revelando a coragem do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

executivo que teimosamente não vai pelo caminho da recessão, tenta a estagnação tal como se vê nos anos de 2011 a 2014. O cenário considerado pior pela autarquia é a estagnação, só que a realidade infelizmente será outra e será a deflação, disso teremos a certeza e estaremos cá para discutir.

Diz não concordarem com a proposta no seu todo nomeadamente as áreas de intervenção. Para sustentar esta ideia têm que ir ao investimento e por sua vez à definição económica de investimento, que diz tratar-se de aplicação de capital em meios de produção visando o aumento da capacidade produtiva, ou seja, em bens de capital. O que se verifica na proposta é que são tidos como investimento itens que não o são, como é o caso da construção de ciclovia. De acordo com a definição económica de investimento não é visto como tal a recuperação de espaços públicos de urbanização. Do ponto de vista do CDS e uma vez que se está numa grave e profunda crise, que teima a ser reconhecida, seria de todo conveniente que a Câmara Municipal pensasse nas obras que são efectivamente prementes para a população. O investimento que aqui está de oito milhões de euros, é sim de oito milhões de euros mais juros e mais spread. O peso deste empréstimo poderia ser diminuído, tendo em conta o que poderá acontecer daqui a 15 anos, seleccionando alguns investimentos que não o são uma vez que nem todas as obras são investimento. Deixa um apelo à Câmara Municipal para que em tempo de crise seleccione as obras que efectivamente são investimento, e também uma chamada de atenção para o cenário de estagnação económica da Câmara Municipal que como disse anteriormente é um cenário corajoso.

Termina dizendo que gostariam de ver a proposta completa com as propostas concretizadas pelas entidades bancárias relativamente aos juros.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 16 votos a favor (15 da CDU e 1 do BE), 2 votos contra do CDS/PP e 7 abstenções (5 do PS e 2 do PSD). Aprovado em minuta.

### **2 – Empréstimo bancário de Médio e Longo Prazo, no valor de 8.000.000 € – alteração de cláusulas contratuais**

**Sr. Presidente da Mesa** dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

**Sra. Presidente da Câmara**, diz que a proposta apresentada é suficientemente clara.

Refere a existência de obras que foram adjudicadas por valores inferiores, duas obras que apresentam atrasos e para não se perder o valor que estas duas situações têm no empréstimo contratado, propõem que o prazo seja dilatado e que o valor disponível seja reafectado a outras obras.

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se algum Sr. Membro pretende intervir.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

**Sr. João Completo Costa do PS**, refere que no PS quando acham que as coisas estão bem elogiam e quando acham que estão mal criticam de uma forma construtiva. Gostaria também que no PSD fosse assim, porque para eles está sempre tudo bem. Deste modo questiona como é que o Sr. José Silvério, da CDU, pode levantar problemas se o PSD não o faz.

O PS não concorda com a afirmação da Sra. Presidente quando diz que: “...a proposta é suficientemente clara.” pelo que passará a explicar. Começando pelo Cine Teatro S. João, diz que o empréstimo inicial era de seiscentos mil euros, na primeira revisão passou para um milhão, setenta e um mil e cento e dez euros, passando agora para um milhão, trezentos e dezassete mil e cento e dez euros, existindo um diferencial no valor de duzentos e quarenta e seis mil euros que gostaria de ver esclarecido. Ao que julga saber a derrapagem que houve com este projecto é no valor de oitenta e seis mil, quinhentos e dezassete ponto oitenta e seis euros ou seja uma diferença de cento e sessenta mil euros.

Por outro lado quando se fala em dilatar o prazo, há que pensar nos juros da dívida, porque neste momento estão cá muito em baixo, mas será que eles se irão manter assim? Em sua opinião deveria existir alguma cautela em relação a esta questão e pensar quanto é que isso irá custar.

Verifica também que cerca de um milhão, trezentos e dezassete mil euros são para o Cine Teatro S. João, pelo que gostaria de ser esclarecido.

**Sr. Carlos Guinote do BE**, pergunta qual a razão que levou à alteração do valor das adjudicações.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. Fernando Nascimento do CDS/PP**, gostaria de ser esclarecido se dos cerca de seiscentos e cinquenta e quatro mil e setecentos euros, trezentos e oitenta e três mil e cinquenta e cinco euros foram por adjudicações inferiores ao valor inicial, o restante verifica-se pelo atraso do início das obras, ou seja irão ser afectados trezentos e oitenta e três mil e cinquenta e cinco euros transitando os restantes para a obra que será executada mais tarde.

Relativamente a alguns diferenciais, nomeadamente à drenagem de água residuais, em Palhota, Venda do Alcaide e Lagoa da Palha existe uma poupança de duzentos e vinte cinco mil euros, diz ser extraordinário pelo que pretende saber a que se deveu. Existe ainda uma outra poupança na conclusão de infra-estruturas de Cabanas no valor de trinta e seis mil euros e por fim a obra do Cine Teatro S. João com uma derrapagem de duzentos e quarenta e seis mil euros, que gostaria de ser esclarecido e ainda a obra de drenagem e pavimentação do troço da rua 1<sup>o</sup>. de Maio.

**Sr. José Cardoso do PSD**, respondendo ao Sr. Membro João Completo Costa diz que a sua forma de fazer política desde há muitos anos não é a política do “bota abaixo” e de dizer mal por dizer mal. Em sua opinião a responsabilidade de gestão da Câmara é tanto da CDU como de todos os Membros da Assembleia e por isso revê-se naquilo que a Câmara faz bem e naquilo que faz menos bem. Diz ter tido o privilégio, enquanto presidente dos Bombeiros de Águas de Moura, de se ter relacionado com vários executivos falando abertamente, acompanhando quase sempre as reuniões públicas ao longo dos últimos anos o que lhe deu muito conhecimento e oportunidade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

de fazer reparos e algumas críticas, que eram feitas em privado. É essa a sua postura e daqui a dois anos, quando se aproximarem as eleições, será então altura de fazer política escondendo a faceta patriótica e municipalista para fazer um pouco de campanha. Neste momento é muito cedo para isso, é altura de deixar a CDU fazer o que tem que ser feito e se fizer bem irá continuar a ter o apoio maioritário da população.

Termina a sua intervenção dizendo que enquanto for Membro da Assembleia Municipal de Palmela defenderá, acima de tudo, os interesses das pessoas de Palmela. Se a seguir puder defender os interesses do PSD depois se verá.

**Sr. Presidente da Mesa**, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

**Sra. Presidente da Câmara**, diz reconhecer que a questão do Cine Teatro S. João não é muito óbvia.

Como já foi sublinhado por alguns Srs. Membros da Assembleia do conjunto dos valores utilizados, sete milhões, trezentos e quarenta e cinco mil euros foi o valor utilizado até ao momento o que significa que a diferença é exactamente o valor referido na proposta, ou seja trezentos e oitenta e três mil euros são justificados por adjudicações inferiores ao previsto. De referir que não foram alterações dentro das adjudicações, mas sim o valor da adjudicação é que acabou por ser inferior àquele que foi previsto no orçamento. Assim sendo ficou uma diferença que tinha que ser libertada uma vez que quando o empréstimo foi contratado foi com base nos valores que estavam em orçamento. Tendo-se verificado no momento da adjudicação que as obras tinham sido adjudicadas por valores mais baixos houve necessidade de corrigir o montante do empréstimo. Outro factor foi devido aos atrasos verificados principalmente nas empreitadas que são referidas e que determinaram a disponibilização da restante verba.

Em relação à obra do Cine Teatro S. João, diz que o orçamento inicial era de um milhão e cem mil euros e desse valor foi proposto financiar pelo empréstimo seiscentos mil euros. Foi feita uma alteração no sentido de financiar o valor que realmente era necessário, que neste caso foi também mais baixo do que o valor que estava em orçamento. Em relação ao previsto inicialmente existem noventa mil euros de trabalhos a mais, erros e projectos e cerca de cento e sessenta mil euros para intervenções não previstas inicialmente na empreitada e que decorrem do facto de ser um edifício muito antigo com aspectos que foram surgindo no decurso da empreitada e com recomendações que foram sendo feitas do ponto de vista técnico. Foi entendido que se deveria aproveitar o curso da empreitada para introduzir obras que eram, indiscutivelmente, de melhoramentos que faziam falta. Diz que existe um outro melhoramento que, não estando incluído por ser uma necessidade de outra natureza, é notório e que terá quer ser introduzido assim que houver disponibilidade financeira que é o ar condicionado.

Em relação à drenagem de água residuais, em Palhota, Venda do Alcaide e Lagoa da Palha, de acordo com os esclarecimentos prestados pelo Sr. Eng<sup>o</sup>. João Faim, os trabalhos a menos prendem-se fundamentalmente com o canal em betão de drenagem fluvial ao longo do troço da estrada que está pavimentada uma vez que o projectista entendeu reforçar as paredes com cantoneira por causa do trânsito pesado. Durante a obra verificou-se que não era necessário



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

e daí os trabalhos a menos. Outro trabalho a menos teve a ver com as entradas das propriedades particulares em que estava previsto um canal em betão com grelhas sumidouras em todo o comprimento tendo sido colocado um tubo de passagem de águas como é habitual fazer-se.

**Sr. João Completo Costa do PS**, diz que não ficou esclarecido sobre o diferencial de oitenta e seis/noventa mil euros e ainda o valor de cento e sessenta mil euros que não percebe quais os trabalhos que lhe estão imputados. Ouviu dizer que era para uma caldeira, que servirá para aquecer o espaço em tempo frio, pelo que pergunta se esse valor foi gasto nesse equipamento porque é que não se pensou em colocar logo o ar condicionado que serviria as duas situações.

**Sra. Presidente da Câmara**, responde dizendo que a caldeira é um dos casos, a par das obras de construção civil para enterrar a caldeira, uma vez que inicialmente não foi considerada necessária a sua substituição situação que foi verificada mais tarde.

De acordo com esclarecimentos prestados pela Sra. Dra. Teresa Palaio algumas das obras a mais tiveram a ver com pequenas adaptações solicitadas pela Inspeção-geral das Actividades Culturais, não se tratando de um adicional à empreitada inicial mas sim duma nova empreitada.

Termina dizendo que, assumidamente, não lançaram a empreitada para o ar condicionado por questões financeiras mas que têm a noção de que esta obra será cara num edifício com as características do Cine São João. Apesar de tornar o edifício mais agradável não era, neste momento, uma obra indispensável ao invés de outras que foram feitas.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 16 votos a favor (15 da CDU e 1 do BE), e 9 abstenções (5 do PS, 2 do PSD e 2 do CDS/PP). Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 23,00 horas, tendo sido lavrada a presente acta que eu Maria Antonieta Serrano Alves Sobral, redigi e subscrevi.

Palmela, 07 de Junho de 2010